

## O MEIO AMBIENTE E AS PRÁTICAS ESCOLARES

Renata Gurgel de Amaral Vieira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise sobre as relações entre o meio ambiente e as práticas cotidianas da comunidade escolar, haja vista a necessidade de aplicar a abordagem formal da educação ambiental, bem como a sua intensificação no currículo informal para que, assim, seja possível tratar a natureza como um recurso limitado e respeitado. Tem como objetivo investigar o ato de educar, no que tange à educação ambiental de maneira formal e informal e às práticas cotidianas dos professores do ensino médio e da comunidade escolar. A problemática central da análise é analisar como se constitui o ato de educar na educação ambiental considerando temática Meio Ambiente, bem como se apresentam as ações das respectivas escolas na relação com essa temática? Diante pesquisa, percebemos que a inserção de maneira efetiva, eficiente e eficaz da temática ambiental no currículo é a maior preocupação desta pesquisa, pois atividades pontuais em eventos isolados nos espaços escolares normalmente não perpetuam seus objetivos.

**Palavras-chave:** Educação ambiental, Interdisciplinaridade, Currículo, Temas Transversais.

### INTRODUÇÃO

Este estudo trata de uma análise do meio ambiente e das práticas cotidianas da comunidade escolar, haja vista que a consciência ecológica não é inata dos seres humanos e emerge, antes de tudo, das realidades ou das necessidades, como a poluição, a fome, a escassez de água, a degradação do meio ambiente, a ocupação desordenada do espaço ambiental, dentre outras situações, ou seja, somente depois de sofrer com as consequências do consumo desmedido é que se desperta para a necessidade de uma nova atitude da sociedade. Nesse contexto, urge a necessidade da intervenção das instituições escolares públicas de ensino básico, no que diz respeito à educação ambiental, aos cuidados com o ambiente e o espaço vivido, os quais se demonstram extremamente importantes e indispensáveis.

É importante lembrar que a educação ambiental se caracteriza por ser multidimensional e abranger sociedade, política, economia, cultura, ecologia e ética, em que, para se tratar de problemas que envolvam o meio ambiente devem ser consideradas todas essas dimensões.

A inserção de maneira efetiva, eficiente e eficaz da temática ambiental no currículo é a maior preocupação desta pesquisa, pois atividades pontuais em eventos isolados nos espaços escolares normalmente não perpetuam seus objetivos. Recai-se ao imediatismo e tais

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Del Sol – UNADES, renatagurgel78@gmail.com

iniciativas se tornam efêmeras, pois o sentido da transversalidade e da multidisciplinaridade acaba se perdendo por causa do despreparo da gestão das questões curriculares.

Diante as premissas anteriores, surgem os seguintes pressupostos: Como se constitui o ato de educar na educação ambiental considerando temática Meio Ambiente, bem como se apresentam as ações das respectivas escolas na relação com essa temática? Como a educação ambiental é tratada no ambiente escolar? São questionamentos pertinentes por se tratarem de vertentes que sinalizam para a transversalidade e a interdisciplinaridade.

A parceria entre escola, professores, alunos, famílias e comunidade é imprescindível na busca da qualidade de vida sem o desrespeito ao meio ambiente, equilibrando, na medida do possível, as relações homem/natureza a partir dos conhecimentos adquiridos no processo de Educação Ambiental (EA).

Como professores da educação básica, percebemos a necessidade da formação de senso crítico e responsabilidade ambiental em alunos, famílias e comunidade na tentativa de minimizar, mesmo que em pequena escala, os impactos ambientais e o descaso com o ambiente promovido pela atual situação política e social configuram necessidade primordial.

Para realizar a investigação proposta e, assim, solucionar o problema, os seguintes objetivos foram traçados: Investigar o ato de educar, no que tange à educação ambiental, e, compreender a relação sociedade e meio ambiente a fim de fomentar a mudança de postura social e dos profissionais da educação quanto aos temas ambientais.

## **METODOLOGIA**

Apresentamos o referencial teórico, composto por um estudo bibliográfico abordando autores, como: Amaral (2001), Barbosa Neto (2010), Carvalho (2004), Freire (1988), Loureiro (2004), Jacobi (2004), Zeppone (1999), entre outros.

## **DESENVOLVIMENTO**

Tratando de educação ambiental, percebemos a existência de algumas dicotomias conceituais. A fim de diminuir o imbróglio, faremos uma rápida análise epistemológica na tentativa de desvendar os motivos do surgimento desse desafio conceitual.

Filósofos, como Barbosa Neto (2010), trabalham o conceito de educação baseados na criação e concretização de conhecimentos.

Educar é fazer emergir vivências do processo do conhecimento. Toda educação implica doses fortes de instrução, entendimento e manejo de regras e reconhecimento de saberes já acumulados pela humanidade. No mundo

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

atual, o aspecto instrucional da educação já não consegue dar conta da profusão de conhecimentos disponíveis e emergentes mesmo em áreas específicas. (BARBOSA NETO, 2010, p.15).

Nesse caso, educar também é a arte de seduzir o educando para a busca de conhecimento, o que faz da inovação virtude indispensável ao educador. Dessa forma, o educador que se quer consciente do sentido de sua ação deve ter coragem de educar, em razão, por um lado, do significado da educação no contexto humano atual e, por outro, do risco que sua ação comporta.

Autores como Duarte (2002) consideram que a educação configura um meio no qual é possível a realização do ser como agente social, pois através dela é possível a participação em vivências de percepção sensível, o que permite o reconhecimento das condições existenciais. Por meio da educação, segundo o referido autor, também é possível a percepção de novos caminhos em busca da tão sonhada sustentabilidade e a reflexão além da crítica sobre as práticas cotidianas. Se assim for percebida, a educação não se apresenta de maneira unilateral ou unidirecional, pelo contrário, demonstra-se em uma relação de totalidade entre os seres, os quais não se apresentam isoladamente, fazem parte da natureza enquanto totalidade.

A partir das observações feitas nos trabalhos de Paulo Freire, Loureiro (2004) traz concepções que também se encontram vinculadas às questões anteriormente referidas. A educação surge diante da vinculação da teoria com a prática (*práxis*). Assim, é necessário o reconhecimento do aluno como parte da sociedade e da natureza, mais uma vez se remetendo à complexidade da relação já discutida anteriormente, para que aconteça o entendimento da realidade e se vislumbre a necessidade de modificação comportamental em ação conjunta, para que se busque autonomia para a sobrevivência por meio das mudanças estruturais. Nesse contexto é necessário perceber a educação dentro de parâmetros coletivos, inseridos no cotidiano das comunidades e que estejam recheadas de sentidos, deixando-a livre do abstracionismo teórico.

Os jovens passam muito tempo na escola, ou seja, o cotidiano está envolvido pelo espaço que deveria ser propício à produção de conhecimentos. Segundo Higuchi e Azevedo (2004), a escola deve ser local de promoção de ações voltadas para a cidadania, indo mais além, deve também ser lugar de formação de consciência crítica através da mediação entre conhecimentos, respeitando os conhecimentos previamente trazidos pelos educandos, estabelecendo, assim, um ambiente saudável, respeitoso e onde se possa reconhecer o equilíbrio entre as formas de agir e a harmonia entre as formas de pensar.

Nesse contexto, a escola passa a ser o espaço de produção de conhecimento e lócus da transformação dos indivíduos e que pode ser vislumbrada, segundo Barbosa Neto (2010), da seguinte forma:

Criada na modernidade, a escola se tornou um ‘espaço-tempo’ próprio para tal tarefa. Em outros tempos, ela não fazia sentido. Hoje, ainda é instituição própria para importante função: educar. Ou seja, é o ‘espaço-tempo’ escola, que possui autorização social para criar e difundir, sendo ignorado, em muitas situações, onde se dá, de forma cotidiana e latente, a construção de outros conhecimentos, tecidos pelos fios das múltiplas relações que diferentes sujeitos constroem ao terem contato com as mais variadas mídias. (BARBOSA NETO, 2010, p.37).

A participação de todos os agentes envolvidos na formação pessoal e profissional também é um viés muito importante no que tange à educação voltada para o bem-estar natural. É importante lembrar que após iniciado o processo educacional, a participação do indivíduo que está em formação deve ser incentivada a fim de que ocorra a aplicação daquilo que foi aprendido e a solidificação da aprendizagem seja efetiva.

A partir de então, a abordagem das questões inerentes ao meio ambiente aflora no contexto educacional, e Segura (2001) associa de maneira muito lúcida o trabalho educacional, objetivo primordial da escola, com a preocupação devida ao meio ambiente. É preciso considerar que o mundo mudou, a escola não pode ficar alheia a essa mudança. Apesar da lentidão com que as transformações ocorrem dentro do espaço escolar, é inegável a importância dessa instituição social como um dos possíveis agentes de transformação da realidade.

A escola representa um espaço de trabalho fundamental para iluminar o sentido da luta ambiental e fortalecer as bases da formação para a cidadania, apesar de carregar consigo o peso de uma estrutura desgastada e pouco aberta às reflexões relativas à dinâmica socioambiental. Isto não significa, porém, que a Educação Ambiental se limita ao cotidiano escolar. Pelo contrário, cada vez mais se expande para os diversos setores envolvidos na luta pela qualidade de vida. E não poderia ser diferente, já que toda a sociedade tem responsabilidade sobre os impactos da ação humana sobre o ambiente. (SEGURA, 2001, p.22).

Nesse sentido, o processo educacional precisa estar interligado às práticas cotidianas e abordar os conteúdos de forma que o aluno visualize no seu dia a dia o que se pretende que ele aprenda. Deve estar relacionado com o habitual, pois somente dessa forma a educação alcançará o objetivo de mudança ou transformação dos valores e das posturas, para que a simples teorização não venha fadar os objetivos traçados ao fracasso.

Segundo Barbosa Neto (2010), todo processo deve partir da realidade do espaço vivido e se concretizar na intersubjetividade, com o claro objetivo de transformar as consciências. Deve sempre acontecer o diálogo entre o arcabouço teórico, a realidade, o próximo e com a própria consciência. Caso algum desses entes integradores falte no decorrer da educação, o objetivo final não será alcançado.

Na mesma linha, é possível encontrar pensadores que estruturam o pensamento em defesa da participação e da educação com significado e vivência. Gould (2004 *apud* LOUREIRO, 2004) também concorda que a educação ambiental parte do princípio da incorporação dos sujeitos sociais em uma prática pedagógica crítica e totalmente vinculada ao contexto e às perspectivas desses sujeitos. Loureiro (2004), também critica os problemas estruturais inerentes à sociedade segregadora e excludente dos tempos contemporâneos, em que grande parcela da sociedade não desfruta de padrões mínimos de conforto e alimentação, e o patrimônio natural é simplesmente visto como mercadoria e recurso a ser exaurido.

Somente com a participação do todo social, é que Loureiro (2004) afirma ser possível a inversão do processo de exclusão social e de degradação dos recursos vitais do planeta, a fim de que se estabeleça uma nova cultura de valorização da natureza.

Dito isso, podemos afirmar que evidenciamos nosso amadurecimento enquanto cidadãos e ampliamos nossa condição de educadores/educandos quando não coisificamos a realidade e agimos conscientemente no próprio movimento contraditório que é a história, em permanente transformação. (LOUREIRO, 2004, p.16).

Surge, então, a ideia que se tem acerca da concepção de educação ambiental, partindo da premissa de que a dinâmica natural é desvinculada da social, deve ser repassada por quem a compreende e assimilada pelos demais como cópia refletida, contrariando o elo entre educação-cidadania-participação e desconsiderando a importância social e ecológica da sustentabilidade.

Em processos educativos participativos não há uma única relação adequada, mas relações possíveis em determinados contextos, ou seja, territórios organizados culturalmente com uma história social a ser conhecida (no que tange ao passado) e transformada (no presente para criar-se o futuro). Trata-se, portanto, de um movimento constante de redefinição e aprimoramento das nossas relações sociais na natureza. (LOUREIRO, 2004, p. 19).

Ainda na visão de Loureiro (2003), as noções de perceber, sentir, interpretar, conhecer, agir e integrar, em constante transformação, são dimensões conexas da educação e fins de autorrealização. Enquanto sociedade, o ser encontra-se em constante processo de

construção e formação, as quais são condições inerentes à natureza dos indivíduos. Encaminhar tais aspectos para uma consciência que vislumbre o futuro é um grande desafio.

As transformações da realidade devem partir de um pensamento dialético, que se encontra pautado em subjetividade e objetividade na busca da construção do conhecimento que Freire (2005) chama de solidário, ou seja, livre da individualidade e na busca do bem coletivo, como bem coloca Gadotti (2003):

Educar, portanto, é sentir, interpretar, conhecer e agir. Conhecer é estabelecer relações lógicas (formais e dialéticas), definir nexos e explicar fenômenos. A veracidade do conhecimento, além de ser transitória e histórica, está condicionada à sua possibilidade prática de realizar-se e de ser apropriada para fins emancipatórios. Logo, saber não é possuir uma forma, um conteúdo prévio e universal que se aplica na sociedade, mas formar-se, construir o conteúdo que vira forma no processo e que nos permite pensar o mundo. (GADOTTI, 2003, p. 117).

Além das relações econômicas e históricas percebidas na produção de conhecimentos, Gadotti (2003) reconhece a importância da aprendizagem quando feita para além do acúmulo de conhecimentos, em que é importante estabelecer relações e contextos a fim do desprendimento e da autonomia do saber contra a alienação do conhecimento.

A partir dessa lógica, o papel do professor é indispensável na condução dessa reconstrução dos significados, pois sua atuação é por demais importante na motivação e no envolvimento dos atores escolares. O professor deve abraçar a visão de educador ambiental, preocupado em oferecer ao aluno uma educação voltada para a compreensão da complexa realidade atual, ou seja, cumprindo o seu papel.

(...) o papel do educador ambiental tomado desde uma perspectiva hermenêutica poderia ser pensado como o de um intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos do ambiental em nossa sociedade. Em outras palavras, um intérprete das interpretações socialmente construídas. Assim, a educação ambiental como prática interpretativa, que revela e produz sentidos, estaria contribuindo à ampliação do horizonte compreensivo das relações sociedade/natureza (CARVALHO, 2003, p. 50).

O professor compreendendo a relação sociedade e natureza, deverá, por sua vez, utilizar sua compreensão como uma prática interpretativa, a educação ambiental não está inserida na neutralidade ou muito menos é estática como poderia se pensar. Na verdade, busca a mudança de concepções e valores nas relações entre sociedade e natureza. Dessa forma, o trabalho educativo com interesses ambientais, o que não deveria ser uma dicotomia, necessita favorecer a autonomia, a participação, a criatividade, o senso crítico e as aprendizagens significativas e recheadas de práticas do dia a dia (SEGURA, 2001).

A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais complexos e riscos ambientais que se intensificam. (JACOBI, 2004, p. 24).

O patamar de educação ambiental eficaz e eficiente surge, segundo Segura (2001), quando é notável a mudança de comportamento dos agentes envolvidos, e tal mudança encontra-se atrelada intimamente ao uso consciente dos recursos oferecidos pelo meio ambiente. Destacando-se assim uma atuação socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta.

A partir das abordagens ambientais na produção do conhecimento, o sucesso será alcançado à medida em que os conteúdos e as matrizes escolares sofram reestruturações, como bem defende Carvalho (2004), pois as questões ambientais estão envoltas em extremas complexidades de caráter socioambiental, política e cultural.

O caráter educativo do que se conhece atualmente como educação ambiental tem um grande avanço a partir do ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) de 2004, no qual Loureiro (2004) faz o seguinte recorte:

[...] quem acompanha a história da educação ambiental no Brasil sabe que tradicionalmente ela esteve muito mais associada aos setores “técnicos” da temática ambiental, tanto no plano institucional privado quanto no aparato de Estado. Eles são portadores de reduzido conhecimento de conteúdos e metodologias pedagógicas, fundamentais ao fazer educativo, por motivos relacionados basicamente à formação e à função desempenhada pelas instituições, particularmente no setor público. Neste sentido, destacamos o pouco aprofundamento teórico sobre:

- (1) como se dá o processo ensino-aprendizagem e as mediações entre esferas individuais e coletivas, subjetivas e objetivas;
- (2) como se constrói o processo social e de poder que conformam currículos e projetos pedagógicos;
- (3) o que representa a escola e os demais espaços pedagógicos em determinados contextos societários;
- (4) como educador/educando se inserem na educação, reproduzindo as relações sociais e de poder ou transformando-as. (LOUREIRO, 2004, p.14).

As questões que envolvem as tendências ambientalistas hegemônicas, que fazem com que a educação ambiental surja como um paliativo e seja resumida à resolução de problemas de maneira pragmática, não despertando em nenhum momento o interesse por mudanças de atitudes e posturas da sociedade já não se encaixam mais na atual conjuntura (LOUREIRO, 2004).

Para Loureiro (2004), se assim permanecesse, a educação ambiental funcionaria como um mero “apagador de incêndios”, deixando de lado o que realmente deveria ser o processo educativo voltado para as questões naturais, pois a visão de processo e do caráter problematizador presentes nos futuros investigadores estariam sujeitos à interrupção. Com esse formato, a unidirecionalidade, os comportamentos propostos sem reconhecimento e os conhecimentos produzidos exclusivamente por um corpo técnico seriam impostos e logo cairiam no esquecimento.

Autores brasileiros também trazem contribuições relevantes no tocante a implementação da educação ambiental, no trabalho de Rosemeire Zeppone (1999), aparecem conceitos que evoluem até o ponto em que o eixo ecológico deixa de ser o único pilar da educação ambiental, passando a levar em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos, ou seja, engloba toda a trama de agentes e fatores que interferem diretamente nas questões ambientais.

Krasilchik (1986, *apud* ZEPPONE, 1999) revela uma grande diversidade de pensamentos a definir o que seja a educação ambiental. Para uns o meio ambiente não passa de algo estático e passivamente neutro de estudos e análises diretas, para outros, deve-se incluir a ação da sociedade e os aspectos envolvidos nas relações com o meio ambiente (dentre eles fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, e também a necessidade de uma tomada de posição diante de problemas controvertidos).

A educação ambiental deve estar comprometida na promoção de saberes relacionados às questões ambientais, a partir de uma visão global interligando fatores sociais e naturais. Além disso, a educação deve ser contínua e permanente da qual a sociedade toma conhecimento de sua realidade a partir da análise do seu cotidiano, analisa o tipo de relação que estabelece com meio natural e reconhece os problemas oriundos dessas relações (LIMA, 1984, *apud*, GUIMARÃES, 2013).

Nesse caso, a escola recebe mais uma atribuição, tentar construir valores nos estudantes que venham a minimizar os impactos provocados pela postura consumista das sociedades que buscam somente a satisfação do hoje sem se preocupar com as gerações futuras. Praticando atividades que só visam ao aumento do poderio econômico sem buscar a tão sonhada sustentabilidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A construção de uma postura crítica baseada no diálogo entre saberes de naturezas diversas é o desafio a ser enfrentado. A construção de novos paradigmas em detrimento do

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

paradigma capitalista e consumista inserido na sociedade contemporânea deve demonstrar preocupação com as gerações futuras, manter a busca pela harmonização imediata entre as demandas da população e a disponibilidade dos recursos naturais e a capacidade de regeneração da natureza, atuando numa perspectiva global e que apresente uma visão de futuro respeitando a diversidade cultural. Para Jacobi (1997), o objetivo principal da educação ambiental é a mudança de comportamento e atitudes da sociedade no que diz respeito à necessidade de consumir a natureza de maneira desenfreada. Devemos, de maneira imediata, estimular a mudança coletiva e individual dos valores implantados pelo modo de vida capitalista.

A aprendizagem efetiva e eficaz proposta pelo ato de educar constitui ferramenta importante nessa transformação social, desde que não seja pontual e reducionista. Precisa apresentar significados e ser reconhecida como uma necessidade irrefutável e que deve ser multiplicada pelos atores sociais.

É necessário que entendam que fazem parte de um todo chamado natureza e que as respostas impactantes serão sentidas por todos nela inseridos sem distinção cultural ou de padrão socioeconômico, claro que em proporções diferenciadas no que se refere ao poder aquisitivo. A anunciada escassez de recursos naturais só será minimizada a partir da imediata mudança de visão da sociedade pós-moderna.

Nessa direção, a educação deve se orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação. (JACOBI, 2004, p. 29).

O papel do educador e o processo educativo configuram assuntos muito complexos, pois são construídos dentro de contextos de formações pessoais e conjunturais. Além disso, as transformações sociais desejadas dependem do sucesso de todo esse processo. O professor necessita de preparação para enfrentar as diversas realidades e os mais diferentes conhecimentos encontrados no universo da sala de aula. Tal preparo, a nível docente, é um dos maiores desafios para se realizar educação, pois a formação inicial do professor não se inclina para as atuais demandas educacionais e ambientais, pautadas na multirreferência dos saberes. Cabe ao professor buscar novas metodologias e abordagens em programas de pós-graduação ou de formação continuada para se desvencilhar da bifurcação do conhecimento presenciada em sua formação e até mesmo dentro do cotidiano das escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a escola é o local de formação do cidadão, formação da consciência crítica e de socialização do conhecimento, portanto, deve primar por melhoria de qualidade tanto do ensino quanto da aprendizagem, porém, trata de uma busca difícil, repleta de limitações, independente da boa vontade dos que delas fazem parte.

No entanto, o processo educativo é visto como uma possibilidade de transformação da sociedade em que vivemos, que valoriza o consumo exagerado reforçando as desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental. Porém, não se pode deixar de considerar suas limitações.

Ao introduzir a EA no contexto escolar, esperamos levantar questionamentos que conduzam a uma nova forma de ver e pensar o mundo, o que não é tarefa fácil, pois o tradicionalismo ainda fala muito alto neste meio. O comodismo e a repulsa ao novo impedem essa renovação, apesar do esforço de alguns (TRISTÃO, 2005)

Percebemos a necessidade de maior envolvimento dos gestores e dos professores no sentido de propor o enriquecimento curricular através de atividades dinâmicas, sem rigorosidade nas atividades, permitindo que problemas locais sejam discutidos a partir dos diferentes conteúdos nas disciplinas, contribuindo para a construção de um currículo dinâmico e flexível.

Muitas são as limitações para um trabalho desta forma, apesar dos professores entenderem o currículo de forma mais crítica, ainda há uma concepção simplista e conservadora da educação ambiental. Haja vista que, a maioria entende a educação ambiental apenas como conservação e preservação do ambiente, e este, por sua vez, como fonte de recursos para a sobrevivência, revelando uma dicotomia homem-natureza, numa visão antropocêntrica do ser humano como controlador do ambiente.

A interdisciplinaridade, que é apresentada pelos PCN's como um princípio da educação ambiental, ainda não é efetiva no ambiente escolar, pois não é bem compreendida e não foi incorporada pelos professores. Como não há uma discussão coletiva sobre os reais problemas ambientais que afetam a comunidade escolar, as ações pedagógicas são isoladas e não promovem a transformação da realidade. A dificuldade em se trabalhar com essa abordagem não é exclusiva na educação ambiental, mas em todo o processo educativo.

Apesar de assumir a interdisciplinaridade como grande diretriz, na proposta curricular da disciplina Ciências, os Parâmetros Curriculares Nacionais separam em blocos independentes os temas: “Ambiente”; “Ser Humano e Saúde”; e “Terra e Universo”. O mesmo acontece no conjunto dos Temas Transversais, em que Saúde se encontra separada de

Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, Ética e Pluralidade Cultural - como se estes não pertencessem ao domínio do meio ambiente. Concluindo, Amaral (2001) entende que os PCN preservam nas disciplinas formas clássicas de compartimentalização dos conhecimentos e, nos Temas Transversais, introduzem novas e preocupantes formas de fragmentação.

Tal discussão, para nós, é fundamental para o debate sobre o problema da tensão disciplinaridade/interdisciplinaridade/transversalidade na EA. As recorrentes críticas às disciplinas escolares me levaram a buscar, nos documentos utilizados pelos autores que defendem a interdisciplinaridade e a não-disciplinarização da EA, possíveis significados para interdisciplinaridade e transversalidade.

Mesmo com estas dificuldades, as escolas exercitam e refletem a presença de um currículo apoiado na teoria crítica, o que o aproxima das recomendações apontadas nos PCNs - Temas Transversais Saúde/Meio Ambiente e na Política Nacional de Educação Ambiental, ou seja, um currículo construído embasado nesse documento, certamente, se revela nada tradicional.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ivan Amorosino do. **Educação ambiental e ensino de ciências: uma história de controvérsias**. Pro-Posições, n. 1 (34). Março de 2001.
- BARBOSA NETO, Pio. **O ato de educar**. Fortaleza: Impreca, 2010.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Meio Ambiente. Ministério da Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 1997.
- CARVALHO, I. C. M. **Biografia e formação na educação ambiental: um ambiente de sentidos para viver**. Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.
- DUARTE, R. **Adorno/Horkheimer e a dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação**. LINHARES, C. TRINDADE, M. N. (Org.) Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2003.
- HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. **Educação como processo na construção da cidadania ambiental**. Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.
- JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março, 2003, Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e Meio ambiente:** transformando as práticas. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília, nº zero, p. 28-35. 2004.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **Cidadania e meio ambiente.** Salvador: Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003.

\_\_\_\_\_. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico:** uma abordagem política. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, A. F. B. Currículo, utopia e pós-modernismo. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo:** questões atuais. Campinas, Papirus, 1999.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação Ambiental na escola pública:** da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Fapesp, 2001.

ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. **Educação Ambiental:** teoria e práticas escolares. Araraquara: JM, 1999.